



PARALISAÇÃO DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

Desde a judicialização do movimento paredista de 2014, trabalhadores aguardam uma proposta satisfatória do governo

Pág. 3

Ajuste de 21,3% parcelado em 4 anos não satisfaz trabalhadores

Pág. 4

Projeto de Lei Orgânica tem como eixo a autonomia universitária

Pág. 5



Caravana da Educação em Brasília pressiona governo a mudar de postura

Págs. 6 e 7

Governo acena perspectivas para carreira dos técnicos administrativos

Pág. 11



EDITORIAL

Greve vive momento decisivo

As primeiras semanas do mês de julho trouxeram muitas novidades para o nosso movimento. A vitoriosa caravana a Brasília e as reuniões com o MPOG e com o MEC trouxeram elementos novos e importantes e é necessário que nos debruçemos sobre eles para que possamos trilhar um caminho de vitórias na greve de 2015.

Em ambas as reuniões, ficou clara a mudança de postura e o tom das negociações. O primeiro posicionamento

do governo, que condicionava o avanço da nossa proposta específica ao acordo sobre o percentual de reajuste oferecido, deu lugar a uma fala mais branda, na qual abriu-se a possibilidade de discutir e avançar em pontos importantes para a nossa carreira. Além disso, houve uma reunião inédita entre MEC, MPOG e FASUBRA.

Essa mudança de postura se deu tanto pelo fortalecimento da greve nacional, que abrange mais de 66 instituições federais de ensino superior. A

caravana à Brasília, que contou com a presença de cerca de 1.800 TAEs de todas as regiões do país, também foi uma importante demonstração de que a greve segue com grande mobilização da categoria.

Em Goiás, o movimento tem ampliado suas fronteiras de atuação, atingindo um número maior de câmpus do Instituto Federal de Goiás (IFG), do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), além das regionais da UFG. O fechamento das três reitorias e a representa-

tiva caravana que enviamos a Brasília nos dias 7 e 8 de julho mostraram que o movimento tem ganhado corpo.

Precisamos aproveitar essa mudança de tom do governo, conquistar avanços em nossa carreira e melhorar o índice e o prazo do reajuste proposto. Nossa greve está em um momento decisivo, uma vez que a Lei do Orçamento Anual deve ser votada no final de agosto. É hora de arregaçar as mangas e fortalecer o movimento, para atingirmos os nossos objetivos

OPINIÃO

Precisamos de um PAC da Educação

*Soraya Smaili e Pedro Arantes

A mobilização nacional pela ampliação e qualificação da educação brasileira renova-se a cada ciclo da história e, nesse ano, vem com o lema proposto pelo governo: "Pátria Educadora". Dentre os desafios, há o de enfrentar a carência de infraestrutura de qualidade para a educação, da creche à pós-graduação e pesquisa.

O debate sobre os espaços educacionais é longo no Brasil. Tem como marco o movimento dos pioneiros da educação moderna e as Escolas Parque, propostas pela equipe de Anísio Teixeira, nos anos 1950. Desde então, a procura de convergência entre projetos políticos pedagógicos e arquitetura moderna tornou-se relevante no questionamento do modelo de escolas confessionais e disciplinares e na formulação do espaço secular para uma educação crítica e emancipadora.

O diálogo entre educação e arquitetura escolar teve importante contribuição com Hélio Duarte e o "Convênio Escolar" paulista, nos anos 1950, e

na reformulação de creches e escolas infantis na redemocratização – merece destaque o trabalho conjunto de Paulo Freire, Mayumi Souza Lima e João Filgueiras Lima, no CEDEC, durante a gestão Erundina e, no Rio de Janeiro, os CIEPs, de Brizola e Niemeyer.

Recentemente, a proposta dos CEUs, indicou um caminho integrado para implantar praças de equipamentos públicos de educação, esporte e cultura em bairros da periferia da capital, com arquitetura pública de qualidade e gestão compartilhada com as comunidades. Também fomos ousados no projeto de edificações para novas universidades, destinadas a transformar o país, como foi o caso emblemático do projeto do edifício principal da UnB de Niemeyer e Darcy Ribeiro, e da FAU USP de Artigas, ambos nos anos 1960.

Com o crescimento do número de vagas, a questão das infraestruturas precisa ser enfrentada. É premente a falta de creches no país, existem muitas escolas improvisadas, falta de áreas adequadas para laboratórios, educação física, artes e refeitórios. Nas

universidades públicas houve enorme expansão, mas que ainda precisa de infraestrutura de qualidade para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por isso, o momento pede a retomada do PAC e do ciclo de obras, visando melhorar as infraestruturas e o crescimento econômico. E deve incluir um "PAC da Educação", fundamental para suprir as demandas acumuladas. Em momento de recessão e desemprego, o investimento em obras é necessário para a reversão da crise, ação que o governo tomou acertadamente em 2009. O PAC da Educação poderá colaborar para agregar fundos setoriais, incluindo os de ciência e tecnologia, além de desobstruir gargalos na produção das creches e dos prédios de pesquisa. Se, nos últimos anos foram muitas e milionárias as obras para atender à "Pátria de Chuteiras", chegou a vez da "Pátria Educadora".

O ajuste fiscal e orçamentário não pode paralisar os investimentos cruciais e, portanto, o PAC da Educação poderá reverter o corte de 47% de orçamento de investimento em obras das Universidades Federais. A tomada de

decisão deveria ser pela ampliação das obras de educação e pesquisa, sem a qual não superaremos a precariedade estrutural do nosso parque de edificações de ensino e pesquisa. A multiplicação dessas obras será estratégica para a reativação da economia, o aumento do emprego e o avanço na educação.

Façamos os investimentos para que não haja a precariedade das salas de aula e laboratórios. Escolas e universidades que formam os jovens e o futuro precisam que as preocupações sejam dirigidas aos temas do conhecimento e, não, aos problemas cotidianos de deficiências de infraestrutura. Assim, teremos condições objetivas para atingir um aprendizado estimulante, criativo, crítico, prático e emancipador, necessário a um país mais justo, democrático, belo e sustentável.

*Soraya Soubhy Smaili é reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Pedro Fiori Arantes é pró-reitor adjunto de Planejamento da Unifesp

EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Fátima dos Reis

Editor: Artur Dias e Silvana Lima

Texto: Artur Dias, Fátima dos Reis, João Pires Júnior, Luiz da Luz e Silvana Lima

Revisão: Comissão de Comunicação do Comando Local de Greve

Editoração: Artur Dias

Impressão: Gráfica Vereda

Fotografia: Artur Dias e Luiz da Luz

Endereço das sedes do SINT-IFESgo:

Administrativa - 5º Avenida, nº 1213 Setor Leste Universitário
Fone: (62) 3261-4465

Social - Rua 01, Qd. Área, Lt. 24, Chácara Califórnia
Goiânia - GO (saída para a Cidade Nova Veneza)
Fone: (62) 3205.16.63

Redes Sociais: Twitter - @SINTIFESgo / Facebook - www.facebook.com/SINT-IFESgo
Sites: www.sint-ifesgo.org.br / www.comandodegreve.com.br

Uma Lei Orgânica para as Universidades

Projeto elaborado pelos reitores tem como eixo principal a autonomia universitária. Apesar de já ter sido entregue à apreciação do Governo, proposta carece de debate

Com o propósito de conhecer e discutir sobre os principais projetos relacionados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os servidores técnico-administrativos das IFES de Goiás iniciaram pela promoção de debate sobre o projeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais. O evento, realizado em junho, na Rádio Universitária, contou com a participação dos professores João Emanuel Evangelista de Oliveira, Pró-reitor de Planejamento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que atuou na finalização do documento, Nelson Amaral, consultor financeiro do projeto e assessor da Reitoria da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Fátima dos Reis, Coordenadora Geral do SINT-IFESgo, que mediu a discussão.

A Lei Orgânica das Universidades é um projeto da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e visa a normatização das diretrizes de autonomia prevista na Constituição para as

universidades. O projeto foi encaminhado à apreciação do governo, por meio do MEC, em 2014. De acordo com João Emanuel Evangelista de Oliveira, "a proposta cria uma nova perspectiva para as universidades federais e para o setor jurídico da administração pública federal, criando uma posição orgânica das Ifes no Governo e nova legislação específica referentes à gestão de pessoal e à execução orçamentária e financeira, que superem as atuais dificuldades e respeitem as



Debate sobre a Lei Orgânica das Universidades proposta pela ANDIFES reúne técnicos-administrativos na Rádio Universitária

especificidades das universidades federais".

A proposta cria o Sistema de Universidades Públicas Federais (SisUPF) a ser gerido por um conselho normativo, responsável por coordenar e integrar essas instituições, que gozariam de políticas internas de administração,

distribuição de recursos, didático-científica e patrimonial. Planos de carreira para docentes e técnicos-administrativos, investimento e expansão

das universidades públicas federais também estariam ao alcance desse conselho. Outra novidade proposta é a integração das Procuradorias Federais, atualmente vinculadas à Advocacia Geral da União (AGU), à sua estrutura organizacional das universidades.

Embora contenha inovações vantajosas para as Ifes, houve muitas indagações sobre o projeto. Fátima dos Reis elogiou a iniciativa dos reitores, que saem à frente no debate da auto-

nomia universitária, lembrando que "no âmbito dos técnicos-administrativos, a Fasubra possui projeto semelhante, intitulado Universidade Cidadã; os docentes, por meio do Andes, também têm a sua proposta. É preciso abrir a discussão", enfatizou.

Ao sugerir que a proposta dos reitores merece um olhar mais amplo, Fátima dos Reis indagou o fato dos Institutos Federais, onde a educação superior também é desenvolvida, não estarem contemplados. "Defendemos o sistema federal de ensino superior", enfatizou. Ela observou ainda a ausência da re-

presentação estudantil no Conselho do SisUPF.

A coordenadora do SINT-IFESgo questionou a autonomia proposta. "Sobre a carreira, por exemplo, teríamos um campo de disputa: no conselho do SisUPF, no governo e no Congresso Nacional. A autonomia aí é relativa, vejo mais uma proposta de reforma administrativa", afirmou, citando que "autonomia não é soberania, nossa luta é por autonomia com democra-

cia". Nelson Amaral reconheceu que no gerenciamento dessa autonomia proposta pela Andifes as tensões internas seriam muito maiores.

Fátima chamou a atenção para outros projetos e instâncias relacionados à educação superior, como o de Reforma Universitária, parado no Congresso Nacional, e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Ela questionou se para itens que não são prerrogativas da universidade, como as licitações e contratos (Lei 8.666) e os planos de carreira (Lei 8.112), não seria mais eficiente alterar a legislação existente.

Os próprios palestrantes reconheceram que o texto é pouco conhecido e que foi pouco debatido. João Evangelista informou que na UFRN, cuja reitora é presidente da Andifes, a proposta foi discutida em uma audiência pública. "As universidades não são órgãos de governo, são órgãos de Estado. Precisamos definir qual é o lugar delas na sociedade brasileira e qual é a autonomia que queremos", concluiu, reafirmando a necessidade de ampliar o debate.

“ A Lei Orgânica visa a normatização das diretrizes de autonomia prevista na CF para as universidades ”

“ Os palestrantes reconheceram que o texto é pouco conhecido e que foi pouco debatido nas universidades ”



Nelson Amaral, Fátima dos Reis e João Evangelista comandaram a discussão



Técnicos-administrativos questionam proposta de autonomia da ANDIFES

TAEs de Goiás marcam



Servidores de diversos câmpus das Instituições Federais de Ensino Superior de Goiás (I)

Caravana a Brasília pressiona e muda

A FASUBRA, em conjunto com diversos sindicatos da sua base e outras entidades de setores ligados à educação, promoveu nos dias 7 e 8 de julho, uma Caravana a Brasília. A mobilização tinha um objetivo claro: pressionar o governo à apresentação uma proposta que atenda aos interesses dos trabalhadores.

Por esse motivo, as manifestações coincidiram com a reunião marcada entre a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Fórum dos Servidores Públicos Federais.

A caravana começou com uma passeata pela Esplanada dos Ministérios e pela Praça dos Três Poderes. Em seguida houve uma concentração em frente ao MEC, onde as entidades protocolaram um ofício, solicitando uma audiência com o Ministro Renato Janine Ribeiro. A reunião aconteceu no dia 9 de julho, um dia depois da caravana.

Na parte da tarde os trabalhadores se reuniram na porta do MPOG. A reunião entre governo e trabalhadores, marcada para às 14 horas, começou com quase três horas de atraso, em virtude de uma solicitação de adiamento feita pelo Fórum dos SPFs, uma vez

que o governo havia chamado para a mesa entidades que não participaram das negociações.

No dia seguinte, os técnico-administrativos se reuniram na tenda da FASUBRA para ouvir o relato e fazer uma avaliação do movimento sobre a reunião.

O SINT-IFESgo e o Comando Local de Greve organizaram e levaram uma caravana bastante representativa, composta por trabalhadores das três instituições federais de ensino superior de Goiás (UFG, IFG e IF Goiano), tanto da capital quanto do interior. Em

Brasília, a categoria teve a oportunidade de participar das atividades organizadas, bem como da avaliação da reunião com o governo.

Fernando Mota, vice-coordenador de saúde do trabalhador do SINT-IFESgo, afirmou que a caravana cumpriu seu papel e elogiou a participação dos goianos na atividade nacional. "Foi muito bom. Levamos mais de 70 pessoas nos dois dias, somando forças com a FASUBRA e dando uma importante contribuição para que os objetivos do movimento sejam cumpridos", ressaltou.



Caravana a Brasília mobilizou cerca de 1.800 técnicos-administrativos de todo o país

Participe da caravana da FASUBRA!

Dias 5 e 6 de agosto, em Brasília, os técnico-administrativos irão realizar um grande ato em defesa da carreira e de uma proposta de reajuste que atenda a necessidade dos trabalhadores!

Participe! Entre em contato com o SINT-IFESgo através do telefone:

(62) 3261-4465

n presença em Brasília



PG, IFG e IF Goiano), participaram da caravana de atividades grevistas na capital federal

a postura do Governo nas negociações

MPOG admite possibilidade de reajuste no percentual em 2017 e apresenta proposta para os benefícios

Durante reunião realizada entre o Fórum dos Servidores Públicos Federais (SPFs) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) na tarde do dia 20 de julho, o governo manteve a proposta de reajuste de 21,3%, parcelada em quatro anos. Entretanto, abriu-se a possibilidade de revisão desses valores em 2017, caso a inflação suba acima das expectativas. Essa revisão, entretanto, não seria feita na forma de "gatilho".

A novidade colocada na mesa foram as propostas de reajuste dos auxílios. De acordo

com o MPOG, os valores apresentados corrigem os benefícios com base no IPCA desde o último reajuste dos mesmos (Confira box ao lado).

O Secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, afirmou que as correções dos benefícios apresentadas

geram um impacto de R\$ 1,25 bilhão no orçamento. Sérgio acenou também para a possibilidade avanço na pauta da negociação coletiva, bem como a implantação de mesas setoriais para tratar das pautas específicas de cada categoria.

Fátima dos Reis, Coordenadora Geral do SINT-IFESgo afirmou que a greve precisa se intensificar para que mais avanços na carreira sejam conquistados. "Estamos acertando na

política. Precisamos agora fortalecer a greve e dialogar com outros setores, como a ANDI-FES, para que

que possamos articular conjuntamente em questões como os turnos contínuos e a democratização, pois essas pautas dizem respeito à gestão. Se conseguirmos trabalhar nessas duas frentes, teremos mais chances de conquistar avanços nessas pautas", concluiu.

“Abriu-se a possibilidade de revisão do percentual em 2017. A mudança, entretanto, não seria na forma de gatilho”

Proposta do Governo Federal para os SPFs

Reajuste salarial:

Índice de 21,3%, parcelado em quatro anos, distribuídos da seguinte forma:

2016	5,15%
2017	5,16%
2018	4,75%
2019	4,5%

Reajuste nos benefícios:

Alimentação		
De:	Para:	Percentual
R\$ 373,00	R\$ 458,00	22,8%

Saúde*		
Mínimo	Máximo	Percentual
R\$ 101,00	R\$ 215,00	22,8%

Pré-escola (auxílio creche)**		
Mínimo	Máximo	Percentual
R\$ 373,00	R\$ 458,00	317,3%

*Valores variam de acordo com salário e idade

**Valores variam de acordo com região do país

A dinâmica da greve

Paralisação grevista é um movimento de base que se faz com união. Goiás é destaque com expressiva participação do interior e o atendimento a demandas específicas têm sido um desafio

A greve 2015 dos técnico-administrativos em educação tem sido caracterizada por intensas atividades na capital e no interior. Esse tem sido um dos grandes desafios do Sint-IfesGO e do Comando Local de Greve (CLG), que se empenham efetivamente no atendimento às diversas demandas, durante o processo da construção do movimento.

Goiás tem sido destaque desta vez,

também, por conta da expressiva participação dos trabalhadores do Instituto Federal de Goiás (IFG), do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), todos coordenados pelo SINT-IFESgo. Integram o movimento os câmpus do IFG de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Inhumas, Goiânia, Goiânia Oeste e Uruaçu; no IF Goiano, os câmpus de Ceres e de Iporá. Ambas as reitorias

dos IFs estão parcialmente paralisadas. Na UFG, desde o início, as Regionais Catalão, Goiás e Jataí se mantiveram unidas à Regional Goiânia na deflagração da greve.

O CLG tem marcado presença nos câmpus do interior, por meio do envio de representantes nas assembleias e nas atividades de greve e no atendimento de outras solicitações. Da mesma forma, viabilizando a participação

dos colegas nas atividades de Goiânia e de Brasília. Ressalta-se o apoio da imprensa, especialmente a Rádio Universitária (870 AM), que teve sua programação normal interrompida e tem veiculado boletins diários sobre o movimento, e a TV UFG (Canal 21 Net e canal 14 UHF), sempre presente.

Vamos conferir nas fotos alguns dos momentos marcantes da greve 2015, em maio, junho e julho.



Reunião dos técnicos na Regional UFG Jataí



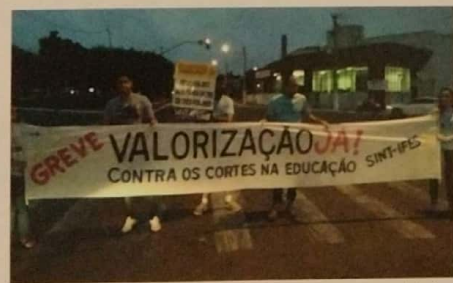
Ato na Reitoria do IF Goiano



Manifestação no IF Goiano de Iporá



Discussão na Regional UFG Goiás



Servidores do IF Goiano/Ceres fazem pedágio



Velório da educação no IFG de Inhumas



Tenda da greve na Regional UFG Catalão



Reunião dos técnicos do IFG de Uruaçu...



... e do IFG de Anápolis



Trabalhadores do Hospital das Clínicas realizam assembleia específica para discutir adesão à greve e problemas com a implantação da EBSERH



Governo acena perspectivas para a carreira

Intensificam-se na greve as negociações para melhoria do Plano de Cargos Carreira dos TAEs. Fasubra encaminha contraproposta e faz indagações sobre o redimensionamento da força de trabalho

A luta dos trabalhadores em educação passa também por melhorias na carreira. A aprovação do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE), há cerca de dez anos, foi um avanço. Outro salto pode ser dado agora com a efetivação das mudanças necessárias à Lei 11.091/2015, a fim de promover um justo redimensionamento da força de trabalho. Na busca, ainda, por adequações à nova realidade das instituições Federais e Ensino Superior (Ifes) e pela manutenção da isonomia entre ativos e aposentados, a categoria reivindica o step de 5% entre os padrões de progressão da carreira, mais incentivos para a progressão por capacitação, inclusive com garantia do afastamento para estudo, racionalização de cargos, revisão dos atos de aposentadoria e definição da data-base.

A mesa de negociação está aberta, tendo o governo apresentado proposta em 22 de maio. No último dia 19 de junho, a Fasubra Sindical e o Sinasefe protocolaram junto ao MEC contraproposta à Minuta de Alteração do PCCTAE e Portaria de Dimensionamento de Pessoal e Modelo de Distribuição de Vagas. Nos casos pertinentes, como o somatório de cargas horárias de cursos e treinamentos realizados pelo servidor em atividade para aproveitamento nas progressões por capacitação, o documento contempla o enquadramento tanto de servidores ativos, quanto aposentados e instituidores de pensão, conforme os critérios previstos na lei.

Contraproposta

Em suma, o documento elaborado pela Fasubra e Sinasefe propõe as seguintes alterações:

- Democratização – participação da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC) em toda e qualquer inovação ou mudança que houver na carreira;
- Prova específica nos concursos – a obrigatoriedade da prova prática de conhecimento específico para os cargos que assim o exigirem nos concursos públicos;
- Manutenção do salário na troca de



Mesa de negociação com o MEC avança no redimensionamento da força de trabalho

cargo – enquadramento salarial em padrão igual ou superior ao existente em caso de vacância por posse em novo cargo;

- Aproveitamento acadêmico – o aproveitamento das disciplinas isoladas de cursos acadêmicos nos níveis graduação, especialização, mestrado e doutorado, para fins de progressão por capacitação profissional;
- Afastamento para estudo – o servidor poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado independentemente do tempo ocupado no cargo ou na Instituição;
- Aumento dos padrões – a linearidade de 5% entre um padrão de vencimento e o seguinte, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas;
- Data-base para o piso-salarial – que seja estabelecida, anualmente, no mês de abril, por meio de mesa de negociação entre trabalhadores e governo federal, a política de evolução do piso, garantida a manutenção constante da diferença percentual entre os padrões de vencimento;

- Racionalização dos cargos – Respeitadas as atribuições e competências da CNSC, que o Poder Executivo promova, mediante decreto, a racionalização dos cargos integrantes do Plano de Carreira, observados os seguintes critérios e requisitos:

I. A unificação de cargos de denominações distintas (obedecendo a natureza das atribuições entre o cargo de origem e o novo cargo), oriundos do Plano Único de Classificação e Retri-

bução de Cargos e Empregos - PUCRCE, do Plano de Classificação de Cargos – PCC, e de Planos correlatos cujas atribuições, requisitos de capacitação, nível escolar como previsto no Art. 21 Incisos I e II da Lei 9.394/96, sejam de mesma natureza dos cargos de destino.

II. A criação e extinção de cargos em razão das necessidades da instituição tendo como base nas inovações tecnológicas e mudanças do mundo do trabalho.

E o que ficou de fora?

Paralelamente, à contraproposta, a Fasubra encaminhou, ainda, uma série de indagações sobre “a ausência de variáveis importantes que interferem, diretamente, na configuração final do quadro necessário para que as IFES possam desempenhar suas funções”, concentrados em dois artigos.

No Art 2º, em que a proposta do governo considera os limites do Decreto 7.232/2010, a Fasubra questiona: As vagas anteriores a 2010 ficam fora do dimensionamento? Como ficam as vagas dos cargos extintos por aposentadorias posteriores àquele ano? Como se dará a correção das distorções existentes entre as IFES? Na composição da matriz de distribuição

de vagas, o que será considerado como indicador da necessidade, a atual força de trabalho (terceirizados, contratados, bolsistas que exercem as atividades de um técnico-administrativo) ou apenas o quadro efetivo das Ifes? Não serão considerados os cargos de classificação de níveis A, B e grande parte do nível C?

No Art 3º, as indagações estão relacionadas aos limites do dimensionamento: Por que não abarca os Institutos Federais se a Lei 11.091/2005 trata dos trabalhadores do sistema federal de ensino? Não são considerados os hospitais veterinários e de clínicas, laboratórios e as fazendas experimentais, a extensão e as pesquisas que envolvem os técnicos?

Pautas Nacionais da Greve

Pauta específica dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino

- Reposição de Perdas e Aprimoramento da Carreira;
- Índice de 27,3% no piso da tabela considerando as perdas de janeiro de 2011 a julho de 2016;
- Pelo aprimoramento da Carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de três salários mínimos e step de 5%; reposicionamento dos aposentados e pensionistas, e concurso público via RJU para todos os níveis de classificação;
- Pela não retirada de ganhos administrativos e judiciais da Categoria – pagamento imediato;
- Reabertura de prazos para que os Técnico-Administrativos em Educação que ainda estejam no PUCRCE possam migrar para o PCCTAE;
- Reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados quando os mesmos se encontravam na ativa;
- Aproveitamento de disciplinas de curso de graduação e pós-graduação para todas as classes do PCCTAE para fins de progressão por capacitação;
- Reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país.
- Posicionamento hierárquico em padrão de vencimento equivalente na tabela quando do reingresso de servidor em outro cargo do PCCTAE.
- Efetivação do Plano Nacional de Capacitação lançado em 2013;
- Extensão, para os Técnico-Administrativos em Educação, do art. 30 da lei 12772/12, que trata de afastamento para realização de estudos de pós-graduação;

Condições de Trabalho e Qualidade no Serviço Público

- Turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem ponto eletrônico e sem redução de salário;
- Pela revogação da Lei que cria a EBSERH para gerir os Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino e pela contratação de trabalhadores via concurso público (RJU);
- Revogação das orientações normativas (nº 6, 15 e 16) relativas à insalubridade, assegurando os direitos dos trabalhadores que já se aposentaram e dos que estão na ativa;
- Pela suspensão imediata dos cortes orçamentários nas Instituições de Ensino e recomposição do orçamento;
- Construção/ampliação de creches nas Instituições Federais de Ensino, atendendo a demanda da comunidade acadêmica;
- Construção de uma política de combate efetivo ao assédio moral nas Instituições Federais de Ensino;

Democratização das Instituições Federais de Ensino

- Por um processo eleitoral no mínimo paritário para a escolha de gestores no âmbito das universidades públicas, de forma autônoma, com lista uninominal;
- Por uma composição paritária nos conselhos superiores;
- Pelo fim da criminalização das lutas e das perseguições aos dirigentes sindicais e ativistas nas Instituições Federais de Ensino Superior;

Pauta Geral dos Servidores Públicos Federais

- Pela Revogação das Leis que criaram a EBSERH e a FUNPRESP;
- Por uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
- Reajuste salarial de 27,3%, referente às perdas inflacionárias;
- Estabelecimento de Data-base em 1º de maio;
- Pelo direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT) e liberação de dirigentes para o exercício de mandato classista;
- Pela instituição da Ascensão Funcional;
- Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Pela retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos trabalhadores;
- Por isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;
- Pela anulação da reforma da previdência de 2003, realizada por meio de compra de votos de parlamentares;
- Pela extinção do fator previdenciário;
- Pela incorporação de todas as gratificações produtivistas;
- Pelo fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores;
- Pela imediata realização de concurso público pelo RJU.

Fortaleça a nossa greve! Participe da campanha contra o arrocho salarial e pela negociação efetiva com os técnicos-administrativos em educação!

Acesse <http://bit.ly/ChegadeArrocho> e assine!

É rápido e fácil!

